

Metamorfoses e tendências no xadrez do poder mundial

Metamorphoses and trends in the world power chessboard

Paulo Duarte*

Boletim Meridiano 47 vol. 15, n. 143, mai.-jun. 2014 [p. 35 a 41]

Introdução

Atualmente, o poder mudou. Se antes se impunha pela simples força das armas, exigindo e obtendo, conseqüentemente, o respeito do inimigo, atualmente este tem-se tornado, cada vez mais, um contestatário face ao poder. No passado, o poder era um elemento de equilíbrio no sentido de que “era funcional na cena internacional, regulava as alianças, organizava as proteções [...]” (Badie, 2004: 277). Atualmente, com o fim da bipolaridade, novos atores reivindicam um lugar na arena política mundial. Estes procuram agora impor os seus próprios pontos de vista, mais do que aceitar o *status quo*.

Num mundo cada vez mais globalizado, os atores sentem indignação e insatisfação em relação à hegemonia dos EUA. E então surge o caos e a desordem que a potência do passado já não é capaz de controlar ou reprimir. Isto explica, de acordo com Joseph Nye, que os EUA terão mais dificuldade em atingir os seus objetivos no século XXI (Nye, 1990:175). Mas isso não acontece só com os EUA porque, na realidade, qualquer potência que tem grande poder irá encontrar obstáculos à sua hegemonia. Da mesma forma, o autor acredita que o poder é disseminado principalmente por causa de cinco fatores. Nomeadamente, “a interdependência económica, os atores transnacionais, o nacionalismo em funcionamento nos estados fracos, as transferências de tecnologia e os novos problemas políticos” (Nye, 1992:166). Além disso, o facto de os atores serem individuais e múltiplos ao mesmo tempo, quase anónimos e invisíveis, torna ainda mais difícil conter os seus movimentos e exige uma negociação e um consenso, frequentemente, muito difíceis e lentos.

Richard Haass também partilha este ponto de vista, falando dos perigos causados pela existência de um mundo “apolar”. Da mesma forma, Haass acredita que a apolaridade será a causa de uma série de ameaças que foram causadas por terroristas, pelos estados malfeitores, entre outros. Se o autor afirma que a emergência desta apolaridade é inevitável, defende, no entanto, a ideia de que os atores podem tentar contrariar os efeitos negativos, para que a ordem global seja o menos instável possível (Haass, 2008).

A antiga potência está então ameaçada. Dilui-se enquanto a arena política se fragmenta. Além disso, não sabemos muito bem como será estruturada a nova ordem pós-bipolar. Na verdade, “nós sabemos o que perdemos; não adivinhamos o que ganhamos” (Badie, 2004: 280). Como Bertrand Badie, o próprio Brzezinski também se refere à existência de ameaças ao poder dos EUA, de desafio à hegemonia norte-americana por atores rivais. Em suma, a potência vê a sua segurança ameaçada. Se compararmos alguns antigos impérios com os EUA de hoje em dia, observamos que a América é mais vulnerável aos desafios de segurança do que era, por exemplo, a Inglaterra no século XIX. Por outro lado, a questão não é saber se a hegemonia americana irá desaparecer num futuro mais ou menos distante, porque a história é feita de mudanças. Pelo contrário, o debate deve centrar-se numa questão mais

1 Doutorando em Relações Internacionais na Université Catholique de Louvain -Bélgica (duartebrardo@gmail.com).

importante, ou seja, em saber quem irá substituir os EUA. Note-se, contudo, que não comungamos da visão de que a decadência do *hegemon* é uma tendência inexorável ou irrevogável em todas as áreas, já que a nível cultural (o *soft power*, o ‘sonho’ americano) e militar, por exemplo, os Estados Unidos continuam a deter a superioridade sobre as demais potências.

A turbulência na antiga ordem e a mudança para uma nova ordem é acompanhada por vários fenómenos como o terrorismo, a poluição do meio ambiente, a globalização das economias, o tráfico de drogas, a diminuição das distâncias graças às novas tecnologias, entre outros fatores (Rosenau, 1992: 1-29). Todas estas mudanças não significam, porém, que os governos se tornam completamente inativos, mas que muitas das suas competências podem ser agora atribuídas a outras entidades que não o governo. Alguns poderão pensar a este respeito que a ausência de uma autoridade central – capaz de impor a força se necessário – conduzirá talvez à anarquia. Nesta perspetiva, provavelmente não estaríamos muito longe do caos se os EUA (que possuem o maior exército do planeta) renunciassem ao seu “papel de polícias do mundo”. A questão é, então, saber o que pode acontecer se a *Potência* quiser ficar à margem do mundo (como, de facto, aconteceu no passado) ou se já não é suficientemente poderosa para gerir tudo e todos e ao mesmo tempo.

No sentido de compreendermos as características da nova ordem mundial, esboçaremos um cenário multilateral, comparando-o a um cenário unilateral, e projetando inclusive a coexistência de ambos (multilateralismo e unilateralismo) no que concerne ao posicionamento do *hegemon* no sistema internacional. Destacaremos, em especial, a relação com o ‘velho aliado’ europeu e questionaremos até que ponto a China poderá constituir uma ‘ameaça’ à hegemonia norte-americana neste novo século, no qual o poder se encontra fragmentado e diluído, contrariamente ao que sucedia no passado.

As características da nova ordem mundial

Os americanos têm motivos para se interessarem por possíveis ameaças à sua hegemonia neste novo século. Por outras palavras, enquanto o declínio (relativo) da América continua, outros atores parecem emergir. Para além dos EUA, a famosa Pentarquia Palmerstoniana inclui: “a Rússia, a China, a Índia e o Japão”. Nesta fórmula de poder para o século XXI, “a Europa desapareceu”, enquanto a Ásia concentra as atenções (Schmiegelow Partners, 2008:21).

Com efeito, se lançarmos um olhar sobre as “recentes taxas de crescimento das duas nações mais populosas do mundo, China e Índia”, bem como sobre o seu enorme potencial em termos de “território, trabalho e capital”, vemos quão importante a Ásia é (Schmiegelow, 2006:10). Como Henrik Schmiegelow aponta, o modelo de integração e de desenvolvimento asiático parece praticar “de forma mais consistente do que a América, uma filosofia (que é no fundo) norte-americana: a filosofia do pragmatismo” (2006: 18).

Obviamente, não podemos afirmar nada com certeza, pois os atores são sempre imprevisíveis, apesar dos conhecimentos dos especialistas em relações internacionais. Entre as várias correntes de pensamento, é de destacar o debate entre os defensores da continuidade do multilateralismo e aqueles que defendem uma viragem para o unilateralismo. Estas duas correntes são importantes no que diz respeito à temática do declínio (relativo) norte-americano. Na verdade, se os EUA adotarem uma atitude mais unilateralista (e, portanto, egoísta), o seu poder tende a desgastar-se. Isto, talvez mais rapidamente, do que se eles escolhessem cooperar com as instituições e potências internacionais.

Voltaremos a este tema mais tarde. Primeiro iremos discutir por que razão os aliados europeus deixaram os americanos agir unilateralmente após o 11 de setembro, embora seja naturalmente possível argumentar que a OTAN também interveio. Mas mesmo aqui importa citar Sophia Clement segundo a qual, “embora os aliados da OTAN tenham invocado o artigo 5º após o 11 de setembro, a primeira vez na história da OTAN em que foi ativada

a cláusula de defesa mútua, os EUA preferiram optar por sair da OTAN devido à lição que aprenderam através do processo de *nation-building* no Japão” (2003: 403). A autora acrescenta ainda que “os EUA tentaram limitar o envolvimento dos parceiros, quer bilaterais quer multilaterais, para evitar quaisquer constrangimentos políticos na condução das suas operações no Afeganistão” (Clement, 2003: 403).

O debate acima também nos ajudará a entender um pouco melhor o carácter dos americanos e as suas tendências tão militaristas. Obviamente, as despesas excessivas com o armamento e as guerras podem ser portadoras do germe do enfraquecimento interno e conduzir, com o tempo, ao declínio relativo. A este respeito, Battistela afirma que “os custos inerentes ao policiamento penalizam a potência preponderante” (2006: 292).

A Europa e os EUA: duas visões do mundo diferentes

Onde estava a Europa quando o poder americano foi ferido pelo 11 de setembro? Onde estavam os europeus no momento em que os EUA precisavam deles? A resposta encontra-se, por exemplo, em Robert Kagan, quando ele diz que “é hora de parar de fazer como se os europeus e os americanos partilhassem a mesma visão do mundo, ou mesmo como se eles vivessem no mesmo planeta” (2003: 9).

Só podemos entender a “inação” da Europa pela sua psicologia e pelo seu contexto. Na verdade, os europeus adoram a paz e o multilateralismo. Querem resolver os seus problemas através da diplomacia e do direito, em cooperação com os diversos atores. Ao mesmo tempo, esta maneira de ver o mundo encaixa-se bem no ideal de “paz eterna” de Kant que contrasta com a “anarquia” hobbesiana (Kagan, 2003:9).

Esta última é, antes, o mundo em que os americanos vivem, um planeta onde reina o caos e que eles acreditam serem os únicos capazes de eliminar, pela força. Além disso, os sistemas hobbesianos são dificilmente compatíveis com estratégias multilaterais, que estão condenadas ao fracasso num mundo anárquico (Almeida, 2003:4). Os americanos suspeitam dos outros, da sua vontade de cooperar, da diplomacia. Por exemplo, as Nações Unidas é uma instituição útil às vezes, mas também um obstáculo a contornar, pelo unilateralismo (o Iraque é um bom exemplo).

Os americanos concebem o mundo em termos de cálculos, tentam prever o comportamento das nações suspeitas, bem como a melhor estratégia para aniquilar o adversário e expandir a sua hegemonia. Não é surpreendente que os americanos tenham medo porque eles procuram-no através de uma política externa agressiva para com os mais fracos. Como dizia Barber, “o medo é a única arma do terrorismo, mas é muito mais poderosa contra aqueles que vivem na esperança e na prosperidade do que contra aqueles que definham em desespero e não têm nada a perder” (2003: 21).

Se a Europa e os EUA vêm de “mundos diferentes”, como já vimos, note-se que os europeus podem divergir entre eles, na área das relações internacionais. O mesmo acontece entre os americanos. Assim, os franceses defendem o ponto de vista que para que o mundo seja estável, devemos criar um sistema multipolar capaz de oferecer resistência à hegemonia americana. Mas os ingleses acreditam que as relações entre a Europa e os EUA devem ser reforçadas para evitar qualquer unilateralismo americano e para garantir a estabilidade mundial (Laidi, 2003).

Em conclusão, os americanos e os europeus parecem estar perante áreas em que discordam, incluindo a política externa: escolha entre multilateralismo e unilateralismo, entre o recurso ao direito e à diplomacia, ou à força. Certamente, todos querem a paz, mas os métodos para alcançá-la são diferentes: ao contrário dos europeus, os americanos tendem muitas vezes a recorrer à guerra para ter paz.

Além disso, a configuração geográfica também ajuda a explicar as diferenças de pontos de vista relativamente ao que os europeus e americanos consideram como novas ameaças. Como tal, Kagan diz: “os americanos têm uma exigência irracional de segurança total, sem dúvida porque viveram durante séculos protegidos por dois oceanos. Por outro lado, os europeus, sabem o que é viver com o mal, porque foi o que fizeram durante séculos” (2003: 51).

Mas qualquer que seja a sua natureza e os seus desafios, a Europa e a América não podem passar uma sem a outra. A potência económica, de um lado, completa a força militar do outro. As ligações entre elas são favoráveis não

só a elas próprias, mas também ao sistema global que precisa de estabilidade e de um líder. E se a Europa não tem verdadeiramente uma força militar, como é o caso do Japão, tem influência. Por outro lado, se vem de “Vénus”, como acredita Kagan, então tem uma sensibilidade especial, capaz de guiar o seu aliado americano em direção a uma melhor perspectiva para o futuro (2003: 51).

Unilateralismo

Alguns autores defendem, no âmbito da nova ordem mundial, que os EUA devem concentrar-se principalmente nos seus assuntos internos e resistir a qualquer multilateralismo, exceto no caso em que os interesses americanos estejam em perigo. Trata-se de um unilateralismo puro e duro que visa satisfazer apenas os objetivos americanos, incluindo os seus desígnios expansionistas, ou seja, imperialistas.

O impacto dos atentados de 11 de setembro afastou as dúvidas sobre o debate do ‘unilateralismo versus multilateralismo’, uma vez que a maioria dos analistas tende a afirmar que os EUA assumiram uma postura cada vez mais unilateral na sua política externa.

Neste sentido, a ofensiva iraquiana representa apenas o primeiro passo da “grande nova estratégia imperial da Administração Bush” que visa “dominar o mundo e destruir qualquer potência que os tente desafiar (aos EUA)” (Chomsky, 2004). Além disso, a velha ideia de “agir multilateralmente, quando possível, mas unilateralmente se necessário”, que foi repetida por Madeleine Albright (como embaixadora das Nações Unidas), mostra até que ponto os americanos estão dispostos a adotar esta estratégia (Cit. por Chomsky, 2004:199).

No entanto, os estados aliados (à exceção da Inglaterra, por exemplo), bem como de uma grande percentagem da opinião pública norte-americana e internacional (para não dizer a maioria), não partilham os mesmos objetivos que o ‘Tio Sam’.

Neste contexto, podemos perguntar se a lição iraquiana não é, em última análise, um modelo de “cooperação seletiva” que Richard Haass acredita ser o pilar das relações entre os EUA e os seus aliados no século XXI. Tudo indica que sim. Na verdade, os aliados parecem ter outras preocupações para além do imperialismo e da segurança, tão importantes para Washington, o que explica que neste novo século “as alianças formais serão ainda menos”. Além disso, na nova ordem internacional não haverá “aliados permanentes” nem “adversários permanentes”, mas “apenas interesses permanentes” (Schmiegelow Partners, 2008: 7).

No entanto, o unilateralismo não se limita apenas à questão do 11 de setembro e às suas sequelas. Também está presente quando os americanos se recusam a assinar o protocolo de Quioto, os acordos de redução de armas ou a aceitar e apoiar as regras e instituições que dizem respeito às grandes problemáticas internacionais. O unilateralismo receia e é hostil a qualquer ideia de regra ou regulamentação opressiva. Mas às vezes não é apenas negativo: “pode desempenhar [...] um papel útil na criação de novas instituições internacionais porque muitas vezes é necessário que alguém dê o exemplo e salte para a água primeiro” (Nye, 1992: 231).

O que é o multilateralismo? – Os EUA na nova ordem mundial

Neste contexto de busca de interesses que não recebem o consentimento dos aliados, é legítimo perguntar se o multilateralismo ainda tem hipótese de sobreviver na nova ordem. Sim, dirão certamente os defensores desta abordagem, realçando os inúmeros casos em que os EUA, renunciando ao seu isolacionismo, colaboraram na construção de um mundo melhor. Se pensarmos, por exemplo, na OTAN ou nas Nações Unidas, vemos que há provas de que os americanos se têm envolvido, desde há vários anos, na cooperação (Almeida, 2003). Neste sentido, o multilateralismo é algo característico na identidade dos EUA e que não se pode simplesmente apagar sejam quais forem os novos desafios.

Como é que os EUA se irão posicionar no futuro? Na verdade, ainda têm a oportunidade de dizer ao mundo que estão presentes pela força ou de esperar que o próprio mundo reconheça o seu poder. Também podem escolher entre lutar sozinhos contra o terrorismo e a anarquia ou cooperar com os outros países. Mas como explica Brzezinski, “entramos numa era em que a aspiração à segurança nacional no isolamento é uma quimera”. Isolados, os americanos não terão a força para suportar os “ressentimentos e a inveja” (2004: 282). Ou, como sublinha Nye, “querer decidir tudo sozinho para todo o planeta é talvez obter os triunfos na política externa, mas isto não é suficiente para resolver a miríade de problemas impossíveis de tratar, a não ser através da cooperação internacional” (1992: 228).

Com efeito, os partidários de uma atitude multilateralista defendem que é do interesse americano aceitar e apoiar as regras e instituições que têm por objetivo lutar contra o terrorismo, contra a SIDA, o tráfico de droga, a pobreza e outras grandes questões e desafios transnacionais.

Os interesses dos EUA podem também coincidir com os de muitos outros países e vice-versa. Egoístas, irão cair com o tempo; cooperativos, semearão um futuro melhor para eles e para os outros. O sucesso da estratégia americana será ainda mais notório se os outros entenderem aonde a América quer ir, o que pretende fazer e como quer fazê-lo.

A possibilidade de coexistência entre unilateralismo e multilateralismo

Em conclusão, se o 11 de setembro reforçou o unilateralismo norte-americano, seria, no entanto, simplista considerar a futura política externa norte-americana apenas em termos unilaterais ou multilaterais. Na verdade, nada impede que estas duas características se complementem.

Por outro lado, os EUA devem perceber que já não são a superpotência que foram no passado, mas, pelo contrário, são uma grande potência entre outras. Isto significa que a sua ação, para ser eficaz, deve ser enquadrada e ajudada pela ação de outros grandes estados (já não pode continuar a operar unilateralmente como no passado, porque o poder mudou).

A cooperação deve ser feita com “grandes potências regionais”, tais como o par “Franco-alemão na Europa, a Rússia na Eurásia, a China e, talvez o Japão, no sudeste da Ásia, a Índia, no sul da Ásia” (Huntington, 1988/89: 5). Mas deve ser também feita com qualquer outra potência, desde que haja a vontade de se envolver no caminho da paz e da prosperidade.

Se preferirmos falar em termos de ‘polaridade’, poderíamos talvez dizer que o sistema internacional atual tem características tanto unipolares como multipolares. Tal significa que o mundo é “unipolar do ponto de vista militar”, e é ao mesmo tempo “multipolar do ponto de vista económico e principalmente cultural” (Hassner, 2003: 63). Estas duas características, não obstante as suas diferenças, “podem perfeitamente coexistir” especialmente num contexto onde o poder e os atores são complexos e imprevisíveis.

A China: uma ameaça à hegemonia norte-americana?

Imprevisível e complexo é, por exemplo, o caso chinês. A China alimenta os americanos com produtos, mas por outro lado, não fica triste ao ver o declínio dos EUA. Neste sentido, a China é possivelmente cúmplice da ‘eutanasia’ americana, porque só responde ao pedido de consumo de Washington. Mas, ao fazê-lo, não só permite o ‘suicídio’ económico dos EUA, como também beneficia com isso (Keck, 2014).

A China dispõe de um grande potencial para se tornar uma superpotência. Apesar dos problemas internos, o país ocupa uma enorme dimensão territorial, conta com uma imensa mão de obra e vê sua economia a crescer a um ritmo acelerado. Em suma, enquanto os EUA vêm a sua economia enfraquecer, a China parece estar a acordar. E, se recordarmos a velha frase ‘Quando a China acordar, o mundo tremerá’, então percebemos que este país pode passar do estatuto de ameaça (para qualquer outra potência), para uma situação em que igualará ou substituirá os EUA.

O que é, então, necessário para que a China, com o seu potencial demográfico, cultural, económico, militar e diplomático, mostre que acordou? É só uma questão de tempo, se mantivermos, obviamente, todos os outros fatores constantes. Porque, como Bertonha explica, “a China é, entre os candidatos potenciais ao estatuto de superpotência (União Europeia, Rússia, Índia, Japão, Brasil), aquele que tem de enfrentar menos obstáculos” (2008: 34). Não é necessário lembrar que nada é certo e que vários autores têm muitas e diferentes opiniões sobre o futuro da ordem mundial. Mas uma coisa é certa: a China está lá e não a podemos ignorar ou subestimar.

Finalmente, podemos dizer que o estatuto que a China tiver adquirido em função dos acontecimentos, ditará então o seu comportamento: continuar ou não a colaborar com os americanos. De acordo com George W. Bush, “a China já não é um parceiro estratégico, mas antes um competidor estratégico”, o que mostra como ela é encarada como um perigo para os EUA (Bertonha, 2008: 34). Mas também é considerada como uma “ameaça potencial aos seus vizinhos”, se considerarmos, por exemplo, as “diferenças ideológicas” ou “as rivalidades de poder”, isto de acordo com Michèle e Henrik Schmiegelow (2007:17).

Conclusão

Num contexto em que o sistema se torna multipolar, a questão de saber se os EUA estão ou não em declínio (relativo) deve, doravante, dar lugar à verdadeira questão: quem irá substituí-los neste novo século? Só o futuro o dirá, mas, neste momento, já existem alguns “candidatos” a este lugar: a China, o Japão, a Índia ou a Rússia. É claro que a União Europeia não deve certamente ser negligenciada, apesar do facto de que alguns, como os americanos Palmerstonianos, não a incluam na Pentarquia do século XXI. É certamente economicamente poderosa (e, é preciso acrescentar, militarmente fraca), tal como o Japão, mas é a China que parece concentrar todas as atenções. Quando este enorme país acordar, então poderá abalar não só os americanos, fortemente dependentes dela, mas o mundo.

Como nota Zaki Laidi, “considerando o potencial da China, as ambições da Rússia e da Índia constatamos que não é impossível que a ordem mundial do século XXI seja marcada pelo retorno da lógica do poder”. Se isso acontecer, não surpreende que os americanos vejam a sua hegemonia ameaçada num mundo multipolar. Então, tentarão fazer de tudo para “evitar desafiadores” ao seu poder (Laidi, 2003: 22). Assim, é legítimo pensar que se a China se torna mais forte, vai querer ter uma palavra a dizer sobre os assuntos regionais e inclusive mundiais. Isto explica que a relação entre EUA e China pode ir da cooperação ao conflito. Taiwan também é um ponto nevrálgico no relacionamento entre as duas potências, mas isso não significa que, apesar do desafio, os dois países estariam realmente dispostos a usar armas nucleares. Especialmente porque a China está bem consciente da importância em manter um ‘cliente’ tão especial que lhe permite desenvolver a sua economia.

Bibliografia

- ALMEIDA, João, *Hegemonia americana e multilateralismo*, Espaço online de Relações Exteriores, 2003, <http://www.janusonline.pt/2003/2003_2_1_7.html>, Acesso: 30 mar. 2014.
- BADIE, Bertrand, *L'impuissance de la puissance: essai sur les nouvelles relations internationales*, Fayard 2004, 283p.
- BARBER, Benjamin, *L'Empire de la peur: terrorisme, guerre, démocratie*, Paris: Fayard, 2003, 281p.
- BERTONHA, João, O Equilíbrio de Poder do Século XXI, 16/04/2008, <<http://groups.google.com/group/prep-rio-branco/topics>>, Acesso: 28 mar. 2014.
- CLEMENT, Sophia, “The United States and NATO: A Selective Approach to Multilateralism,” in **Unilateralism and US Foreign Policy: International Perspectives**, ed. David Malone and Yuen Foong Khong (Colorado: Lynne Rienner Publishers, 2003).

- HAASS, Richard, *We must guard against the worst in a nonpolar world*: **The Daily Star**, April 24, 2008, <<http://www.cfr.org/bios/3350/>>, Acesso: 25 mar. 2014.
- HASSNER, Pierre, *Washington et le monde: Dilemmes d'une superpuissance*, Editions Autrement, 2003, 170p.
- HUNTINGTON, Samuel, *The U.S. – Decline or Renewal?*, **Foreign Affairs**, Winter 1988/89, <<http://www.foreignaffairs.org/19881201faessay7927/samuel-p-huntington/the-u-s-decline-or-renewal.html>>, Acesso: 25 mar. 2014.
- KAGAN, Robert, **La puissance et la faiblesse: les Etats-Unis et l'Europe dans le nouvel ordre mondial**, Paris: Plon, 2003, 160p.
- KECK, Zachary, 2014, America's Relative Decline: Should We Panic?, **The Diplomat**, <<http://thediplomat.com/2014/01/americas-relative-decline-should-we-panic>>, Acesso 26 mar. 2014.
- LAIDI, Zaki, La question multipolaire, **CERI/CNRS**, septembre 2003, <<http://www.cerisciencespo.com/archive/sept03/artzl.pdf>>, Acesso: 26 mar. 2014.
- NYE, Joseph, **Bound to lead: the changing nature of American power**, New York (N.Y.): Basic books, 1990, 307p.
- NYE, Joseph, **Le leadership américain: quand les règles du jeu changent**, Nancy: Presses Universitaires de Nancy, 1992, 266p.
- ROSENAU, James, **Governance without Government: Order and Change in World Politics**, Cambridge University Press, 1992, 311p.
- SCHMIEGELOW, Henrik, *How 'Asian' will Asia be in the 21st Century?*, **Policy Analysis**, July 2006, <<http://www.schmiegelowpartners.com/download/HSHHowAsianAsien.pdf>>, Acesso: 27 mar. 2014.
- SCHMIEGELOW, Michèle & Henrik, *The road to an Asian Community*, **Policy Analysis**, winter 2007, <http://www.schmiegelowpartners.com/download/IPGe_4Schmiegelow.pdf>, Acesso: 27 mar. 2014.
- SCHMIEGELOW Partners, *How should the Atlantic Community view the Asian Community*, **Policy Analysis**, January 2008, <<http://policyanalysis.wordpress.com/>>, Acesso: 28 mar. 2014.

Resumo

O presente artigo tem como objetivo analisar as novas tendências no equilíbrio do poder mundial, o qual se fragmentou e diluiu ao contrário do que se verificava anteriormente. Neste sentido, procurar-se-á esboçar alguns cenários marcados ora por uma postura multilateralista, ora unilateralista, ora pela coexistência de ambas afetadas ao comportamento dos Estados Unidos, de forma a especular-se como poderá o *hegemon* norte-americano agir nesta nova ordem mundial, caracterizada por diversos desafios e ameaças.

Abstract

This article aims to analyse the new trends in the balance of world power, which has fragmented and diluted itself contrary to what occurred previously. In this sense, we will try to outline some scenarios marked by either a multilateralist or unilateralist posture, or even by the coexistence of both in what regards the behaviour of the USA, in order to speculate how the US *hegemon* can act in this new world order, characterised by various challenges and threats.

Palavras-chave: Ordem mundial; Poder; Hegemonia

Keywords: World order; Power; Hegemony

Recebido em: 05/05/2014

Aprovado em: 13/07/2014